

3. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE

Este capítulo apresenta o arcabouço legal que regulamenta a implantação do Loteamento Residencial “Sete Lagos”, no que tange aos diplomas legais ambientais nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

3.1 - LEGISLAÇÃO FEDERAL

- **Lei Federal nº. 3.924, de 26 de julho de 1961.**

Deverão ser tomadas medidas preventivas para evitar a destruição ou mutilação da totalidade ou parte de sítios arqueológicos que possam ocorrer em superfície ou enterrados na área do empreendimento, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional.

- **Lei Federal nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (alterada pela Lei nº. 7.803/89).**

Define as áreas de Preservação Permanente (APP), de acordo com a largura dos leitos dos corpos d'água e nascentes existentes na área do empreendimento.

- **Lei Federal nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979.**

Estabelece que as terras com declividade superior a 30% são restritas ao uso.

- **Resolução CONAMA nº. 01, de 23 de junho de 1986.**

Trata da apresentação de estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental, para obtenção do licenciamento ambiental quando o empreendimento apresenta significativo impacto ambiental.

- **Portaria IPHAN / MinC nº. 07, de 01 de dezembro de 1988.**

Os programas ambientais de prospecção e resgate arqueológico indicados pela Portaria IPHAN 230/02 e pela Resolução SMA 34/03 e que deverão ser implantados na fase de Licença de Instalação do empreendimento, deverão ser devidamente autorizadas pelo órgão competente.

- **Constituição Federal de 15 de dezembro de 1988.**

Compete à União, aos Estados e ao Distrito federal Legislar corretamente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente controle da poluição. Exige, na forma de lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental.

- **Resolução CONAMA nº. 05 de 15 de junho de 1989.**

Institui o PRONAR – Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar. Estabelece dois tipos de padrões de qualidade do ar: os primários e os secundários, e enquadra as áreas do território brasileiro de acordo com a classificação de usos pretendidos.

- **Resolução CONAMA nº. 01 de 08 de março de 1990.**

Estabelece normas serem obedecidas, no interesse da saúde, no tocante a emissão de ruídos, adotando como referência a NBR 10.151 – Avaliações de Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da Comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

- **Decreto Federal nº. 99.274, de 06 junho de 1990.**

Dispõe sobre a expedição das licenças ambientais, representadas pela Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

- **Resolução CONAMA nº. 03, de 28 de junho de 1990.**

Os padrões e definições de qualidade do ar vigentes foram estabelecidos por esta resolução.

- **Portaria IBAMA nº. 37-N, de 03 de abril de 1992.**

Importante para a definição das espécies da flora ameaçadas de extinção.

- **Resolução CONAMA nº. 10, de 01 de outubro de 1993.**

Importante para a definição de estágios de regeneração de Mata Atlântica presente na área do empreendimento, pois estabelece parâmetros para análise de estágios de sucessão de Mata Atlântica.

- **Resolução CONAMA nº. 01, de 31 de janeiro de 1994.**

Importante para a definição de estágios de regeneração de Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual) presente na área do empreendimento.

- **Resolução CONAMA nº. 09, de 24 de outubro de 1996.**

Define corredores entre remanescentes como sendo faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração e constituem-se pela matas ciliares em toda a sua extensão e pelas faixas marginais definidas por lei e pelas faixas de cobertura vegetal existentes nas quais sejam possível a interligação de remanescentes e áreas de preservação ambiental.

- **Resolução CONAMA nº. 237, de 19 de dezembro de 1997.**

Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental. Define as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. A implantação do empreendimento proposto dependerá de prévio licenciamento do órgão ambiental competente.

- **Lei Federal nº. 9.605, de 13 de fevereiro de 1998.**

Dispõe sobre a lei de crimes ambientais. Trata dos crimes contra a fauna, prevendo punição para os infratores.

- **NBR 10.15, de junho de 2000 – Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento.**

A norma descreve os procedimentos de medição e fixa os níveis admissíveis de ruído para os diferentes ambientes, diferentes padrões de uso e ocupação do solo e para cada período do dia.

- **Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000.**

O presente estudo levou em consideração as definições deste documento legal, quanto às categorias de Unidades de Conservação existentes: Uso Integral e Uso Sustentável, para elaborar a proposta de compensação exigida.

- **Resolução CNRH nº. 16, de 08 de maio de 2001.**

O empreendimento estará sujeito à outorga junto ao DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, para a utilização dos recursos hídricos localizados na sua área para os seguintes usos: derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo d'água para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo; extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; lançamento em corpo d'água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; outros usos e/ou interferências, que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade em um corpo d'água.

- **Resolução CONAMA nº. 278, de 24 de maio de 2001.**

Dispõe sobre a exploração de espécies da flora nativas ameaçadas de extinção

- **Resolução CONAMA nº. 302, de 20 de março de 2002.**

Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, definindo o que é reservatório artificial, as distâncias de acordo com sua localização (rural ou urbana), como também seu uso.

- **Resolução CONAMA nº. 303, de 20 de março de 2002.**

Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente definindo no artigo 2º o que é nível mais alto, nascente, etc., e no artigo 3º estabelece as distâncias mínimas das APP's.

- **Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002.**

O presente estudo baseou-se na ordem de prioridades, estabelecido por este documento legal, para definir a aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental em cada Unidade de Conservação identificada.

- **Portaria IPHAN / MinC. nº. 230, de 17 de dezembro de 2002**

Na etapa de licença prévia, o EIA/RIMA deverá conter um diagnóstico arqueológico das áreas de influência do empreendimento, com avaliação do potencial arqueológico dessas áreas, avaliação de impactos sobre o patrimônio arqueológico e definição de programas complementares aplicáveis como medidas mitigadoras.

- **Instrução Normativa nº. 03, de 27 de maio de 2003 do Ministério do Meio Ambiente.**

Define as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.

- **Resolução CONAMA nº. 357, de 17 de março de 2005.**

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. De acordo com os estudos desenvolvidos na área, a microbacia hidrográfica em que o empreendimento está inserido pertence à **classe 02**.

- **Resolução CONAMA nº. 371, de 05 de abril de 2006.**

Estabelece diretrizes para cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos financeiros advindos da compensação ambiental decorrente dos impactos causados pela implantação de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim, considerado pelo órgão competente, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

- **Resolução CONAMA nº. 369, de 28 de março de 2006.**

Esta Resolução define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP) para implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental.

- **Lei Federal nº. 11.428, de 22 de dezembro de 2006.**

Estabelece parâmetros diferenciados para o corte, supressão e a exploração da vegetação, primária ou secundária, nesta última levando-se em conta os estágio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica.

- **Decreto Federal nº. 6.660, de 21 de novembro de 2008.**

Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. O corte ou supressão de vegetação pra fins de loteamento depende de autorização do órgão estadual competente.

3.2 - LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- **Constituição do Estado de São Paulo**

O lançamento de efluentes e esgotos urbanos e industriais sem o devido tratamento, não pode ocorrer diretamente nos corpos d'água.

- **Lei Estadual n.º 997, de 31 de maio de 1976.**

Esta Lei instituiu o Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente. Conforme estabelecido fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes na água, no ar e no solo. A instalação, construção ou a ampliação, bem como a operação ou o funcionamento das fontes de poluição ficam sujeitas à prévia autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente, mediante licenças prévias, de instalação e de funcionamento.

- **Decreto Estadual nº. 8.468, de 08 de setembro de 1976.**

Proíbe o lançamento ou a liberação de poluentes nas águas, no ar ou no solo. Classifica as águas interiores situadas no território do Estado e estabelece os padrões de qualidade para cada classe, bem como os padrões de emissão para efluentes, além de outras determinações.

Quanto à poluição do ar, define regiões para o controle de qualidade do ar, estabelecendo os padrões de qualidade, os padrões de condicionamento e projeto para fontes estacionárias.

- **Decreto Estadual nº. 10.755, de 22 de novembro de 1977.**

Enquadra os corpos d'água existentes na área do empreendimento quanto à sua qualidade como classe 02.

- **Lei Estadual nº. 5.280, de 04 de setembro 1986.**

Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Represa Bairro da Usina.

- **Lei Estadual nº. 4.023, de 22 de maio 1984 e Decreto Regulamentar nº.43.284, de 03 de julho 1998.**

Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Cabreúva.

- **Lei Estadual nº. 4.095, de junho 1984 e Decreto Regulamentar nº. 43.284, de 03 de julho de 1998.**

Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Jundiá.

- **Lei Estadual nº. 4.055, de 04 de junho 1984.**

Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Cajamar.

- **Portaria DEPRN nº 11, de 18 de março de 1986.**

Estabelece normas para a exploração de florestas nativas primárias ou em estágios médios e avançados de regeneração e dá outras providências.

- **Portaria DEPRN nº. 08, de 20 de novembro de 1989.**

Estabelece normas para a supressão de vegetação nativa sucessora em estágios iniciais de regeneração e de árvores isoladas.

- **Lei Estadual nº. 7.438, de 16 de julho 1991 e Decreto Estadual nº. 26.882, de 11 de março de 1987.**

Criação das Áreas de Proteção Ambiental (APA) Piracicaba/Juqueri-Mirim – Área 02

- **Lei Estadual nº. 7.663, de 30 de dezembro de 1991.**

Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A implantação de projetos que demandem a utilização dos recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos e/ou a execução de obras e serviços que alterem seu regime, qualidade ou quantidade deverão ser previamente autorizadas e licenciadas pelos órgãos e entidades competentes.

- **Lei Estadual nº. 7.750, de 31 de março de 1992.**

Este documento legal tem como objetivo promover a organização, o planejamento e o desenvolvimento do setor de saneamento no estado de São Paulo referente a possibilidade de captação e lançamento de efluentes, nas bacias hidrográficas da região.

- **Portaria DAEE nº. 717, de 12 de dezembro de 1996.**

Aprova a norma e anexos que disciplinam o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado de São Paulo.

Esta Norma é aplicada à implantação de empreendimentos que demandem a utilização de recursos hídricos; à execução de obras e serviços que interfira com os recursos hídricos superficiais; à execução de obras para exploração de águas subterrâneas; ao uso de recursos hídricos, para qualquer finalidade, bem como à regularização dos usos existentes.

- **Resolução Conjunta DAEE/SMA nº. 2, de 07 de abril de 1997.**

Os empreendimentos com desenvolvimento de projetos destinados ao desassoreamento, obras de tanques, açudes e barramentos de corpos d'água, bem como a utilização e derivação de recursos hídricos, estará sujeito ao licenciamento junto ao Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), a Secretaria do Meio Ambiente e ao Departamento de Água e Energia Elétrica.

- **Lei Estadual nº. 9.509, de 20 de março de 1997.**

Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

- **Decreto Estadual nº. 42.838, de 04 de fevereiro de 1998.**

Dispõe sobre as espécies da fauna silvestre ameaçada de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

- **Portaria DAEE nº. 01, de 02 de janeiro de 1998.**

No caso de interferências e/ou utilizações de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, sem a respectiva outorga de direito de uso, sem autorização dos órgãos competentes, ou em desacordo com as condições estabelecidas na outorga, fica o empreendedor sujeito às penalidades previstas nesta portaria.

- **Lei Estadual nº. 6.134, de 02 de junho de 1998.**

Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

- **Lei Estadual nº. 10.111, de 04 de dezembro 1998.**

Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira

- **Portaria DEPRN nº. 42, de 23 de outubro de 2000.**

Norteia a metodologia utilizada para os levantamentos de fauna e estabelece os casos em que há necessidade de medidas mitigadoras e monitoramento de fauna.

- **Lei Estadual nº. 10.780, de 09 de março de 2001.**

Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências.

- **Resolução SMA nº. 21, de 21 de novembro de 2001.**

Fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.

- **Portaria DEPRN nº. 5, de 18 de janeiro de 2002.**

Define o valor e o modo pelo qual se fará a compensação ambiental para os casos de supressão de vegetação nativa e corte de árvores isoladas.

- **Decreto Estadual nº. 47.400, de 04 de dezembro de 2002.**

Regulamenta os dispositivos referentes ao licenciamento ambiental; estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação; estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.

- **Decreto Estadual nº. 47.397, de 04 de dezembro de 2002.**

Possibilita que a CETESB exija a adoção de medidas complementares para redução das emissões poluidoras provenientes de suas atividades industriais para a renovação de suas licenças de operação, bem como atualizar as suas informações cadastrais referentes às fontes de poluição instaladas no Estado de São Paulo.

- **Resolução SMA nº. 34, de 27 de agosto de 2003.**

Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação do EIA/RIMA.

- **Resolução SMA nº. 47, de 26 de novembro de 2003.**

Orienta o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas.

- **Resolução SMA nº 18, de 03 de março de 2004.**

Constitui a Câmara de Compensação Ambiental analisar a proposta de compensação ambiental constante neste estudo, e decidir a qual Unidade de Conservação será destinado o montante de recursos no valor de 0,5% dos custos totais previstos.

- **Resolução SMA nº. 48, de 21 de setembro de 2004.**

Define as espécies da flora ameaçadas de extinção no estado de São Paulo.

- **Resolução SMA nº. 56, de 27 de dezembro de 2006.**

Estabelece a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente do licenciamento ambiental de empreendimento de significativo impacto ambiental. O presente estudo levou em consideração os critérios para gradação de impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais para fins de cálculo da compensação ambiental.

- **Resolução SMA nº. 08, de 07 de março de 2007.**

Orienta o reflorestamento heterogêneo em áreas degradadas, com orientação sobre as espécies a serem utilizadas e a execução do plantio.

- **Resolução SMA nº. 18, de 11 de abril de 2007.**

Disciplina procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.

- **Resolução SMA nº. 40, de 21 de setembro de 2007.**

Projeto Desmatamento Zero que procura assegurar a conservação dos remanescentes de vegetação nativa no Estado de São Paulo em procedimentos de licenciamento ambiental.

- **Decreto Estadual nº. 52.469, de 12 de dezembro de 2007.**

No relatório de Qualidade do Ar publicado pela Cetesb em 2008, foi adotada uma nova classificação de sub-regiões, a partir dos critérios estabelecidos neste documento legal.

- **Resolução SMA nº. 08, de 31 de janeiro de 2008.**

Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.

- **Resolução SMA nº. 13, de 22 de fevereiro de 2008.**

Estabelece concessão de autorização para supressão de vegetação nativa para implantação de obras de interesse público.

- **Resolução SMA nº. 14, de 13 de março de 2008.**

Estabelece procedimentos para supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana, ressalvadas as obras de interesse público.

- **Resolução SMA nº. 15, de 13 de março de 2008.**

A análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa no estado de São Paulo, nos imóveis rurais, deverão considerar as categorias de importância para a manutenção e restauração da conectividade biológica definidos no mapa das Áreas Prioritárias para Incremento para Conectividade, conforme pode ser observado na Figura 3.2-1.

A concessão de autorização para supressão de vegetação, deverá atender alguns critérios considerando as escalas de classificação de prioridade para manutenção e implantação da conectividade, as quais estão nomeadas de 01 a 08. O município de Itatiba está dentro da área prioritária para manutenção e implantação da conectividade com classificação 03, que condiciona a autorização para supressão de vegetação, mediante uma compensação equivalente a 02 vezes a área onde a vegetação foi suprimida.

- **Lei Estadual nº. 12.927, de 23 de abril de 2008**

Estabelece a recomposição da Reserva Legal, caso a área recoberta por vegetação nativa seja, em extensão, inferior ao percentual mínimo exigido pelo Código Florestal (Lei Federal nº. 4.771, de 1965).

- **Resolução SMA nº. 30, de 24 de abril de 2008.**

Acrescenta dispositivos à Resolução SMA nº. 14, de 13/03/08.

- **Decreto Estadual nº. 53.494, de 02 de outubro de 2008.**

Publica as espécies da fauna ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo.

- **Resolução SMA nº. 85, de 11 de dezembro de 2008.**

Dispõe sobre critérios e parâmetros para a compensação ambiental de áreas objeto de pedidos de autorização para supressão de vegetação nativa no estado de São Paulo. A análise

dos pedidos de vegetação nativa deverá obedecer ao que determina a legislação vigente, em especial a Lei Federal 4.771 de 1965, a Lei Federal 11.428 de 2006 e o Decreto Federal 6.660 de 2008.

- **Resolução SMA - 22, de 15-4-2009**

Dispõe sobre a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo, sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizado no âmbito do SEAQUA e sobre a concessão de Licença de Operação para empreendimentos existentes e dá outras providências...

§ 1º - Somente serão aceitas certidões das Prefeituras Municipais, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo, que estejam dentro de seu prazo de validade.

§ 2º - Na hipótese de não constarem prazos de validade nas certidões apresentadas a Administração aceitará como válidas as certidões expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data do pedido da licença respectiva.

Artigo 2º - Para as fases de Licença de Instalação - LI – e Licença de Operação - LO não há necessidade de apresentação de Certidão de Uso e Ocupação do Solo.

- **Resolução SMA - 31, de 19-5-2009**

Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana

Artigo 1º - a análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa no Estado de São Paulo deverá obedecer ao que determina a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 4.771-1965, a Lei Federal nº 11.428-2006 e o Decreto Federal nº 6.660-2008.

§ 1º - Deverão ser considerados os diferentes estágios sucessionais de regeneração das fisionomias do Bioma Mata Atlântica definidos pelas Resoluções CONAMA nº 10-1993, CONAMA nº 7-1996 e a Resolução Conjunta SMA - IBAMA-SP nº 01-1994.

Artigo 2º - a autorização para supressão de vegetação nativa para o parcelamento do solo ou para qualquer edificação na área urbana, neste último caso ressalvadas as edificações para obras de interesse público objeto da Resolução SMA nº 13-2008, deverá atender ao disposto nesta Resolução e nas demais normas legais pertinentes, mediante a apresentação de estudo técnico específico.

Parágrafo único - Esta Resolução não se aplica a exemplares arbóreos nativos ocorrentes de forma isolada na paisagem para os quais há procedimento próprio definido pela Resolução SMA nº 18-2007.

Artigo 3º - a autorização para supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação na área urbana poderá ser fornecida mediante o atendimento das seguintes condicionantes:

I - Somente poderá ser concedida autorização para supressão de vegetação quando garantida a preservação da vegetação nativa em área correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área da propriedade.

II - Respeitado o disposto no inciso I, deverá ser garantida a preservação de no mínimo 30% (trinta por cento) da área do fragmento de vegetação nativa existente na propriedade no caso de estágio inicial de regeneração.

III - Respeitado o disposto no inciso I, deverá ser garantida a preservação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área do fragmento de vegetação nativa existente na propriedade no caso de estágio médio de regeneração.

IV - Respeitado o disposto no inciso I, em se tratando de propriedade localizada em perímetro urbano definido antes da edição da Lei Federal nº 11.428-2006, deverá ser garantida a preservação de no mínimo 70% (setenta por cento) da área do fragmento de vegetação nativa existente na propriedade no caso de estágio avançado de regeneração.

V - a vegetação remanescente na propriedade deverá ser averbada à margem da matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis competente como Área Verde, sendo dispensada a averbação no caso de lotes com área inferior a 1.000 m².

§ 1º - Poderão ser averbadas como Áreas Verdes as áreas de preservação permanente, obedecendo-se as disposições da Resolução CONAMA nº 369-2006.

§ 2º - Existindo dois ou mais estágios de regeneração dentro da propriedade objeto de análise, onde se constate a impossibilidade de individualização, será aplicado o critério correspondente ao estágio de regeneração mais avançado.

§ 3º - em se tratando de propriedade localizada em perímetro urbano definido após a edição da Lei Federal nº 11.428- 2006 a supressão de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração não poderá ser autorizada.

- **Resolução SMA - 39, de 19-5-2010**

Define procedimentos específicos para instituição, compensação ou recomposição de reserva florestal, para fins de licenciamento ambiental.

Artigo 1º - Para fins de melhor atendimento a instituição, compensação ou recomposição da reserva florestal, os empreendimentos sujeitos à obtenção de Licença de Operação, quando localizados em imóveis rurais, deverão obedecer às determinações legais quanto à constituição de reserva legal, previstas na Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nos procedimentos específicos instituídos por esta Resolução.

Artigo 2º - Na impossibilidade de averbação da reserva legal de imediato, para a obtenção da Licença de Operação, deverá ser assinado Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação de Reserva Legal - TCIRC com prazo não superior a 02 (dois) anos para apresentação e aprovação da proposta de instituição da Reserva Legal referente ao imóvel rural objeto da implantação do sítio produtivo.

§1º - As Licenças de Operação concedidas nos termos do caput terão sua validade fixada em 02 (dois) anos.

§ 4º - A renovação das licenças concedidas nos termos do caput será condicionada à verificação do cumprimento do Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação de Reserva Legal - TCIRC, na forma aprovada.

§ 5º - Deverão ser seguidas as determinações legais, quanto à extensão e a localização da área de reserva legal florestal, vigentes no momento da efetiva averbação da mesma no Cartório de Registro de Imóveis. No caso de discrepância com os termos de compromisso anteriormente assinados, deve prevalecer a normalegal vigente no momento da averbação.

Artigo 3º - Os termos e procedimentos mínimos para a assinatura do Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação de Reserva Legal- TCIRC são descritos no Anexo I.

- **Norma Técnica LII. 032 – Determinações do nível de ruído em ambientes internos e externos de áreas habitadas**

Esta norma prescreve o procedimento para a determinação do nível de ruído em ambientes internos e externos de áreas habitadas e fixa níveis de ruído admissíveis para cada tipo de ambiente, tipo de ocupação do solo e para cada período do dia.

- **Norma Técnica LII. 033 – Processo Prático para calcular o nível de ruído equivalente.**

Esta norma fixa um processo prático para calcular o nível de ruído equivalente e contínuo a partir de uma série de níveis discretos de ruído medidos conforme CETESB LII.032

3.3 - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE ITATIBA

- **Lei Municipal nº. 3.759, de 09 de setembro de 2004.**

Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Itatiba que ordena o território e as políticas setoriais definindo a ocupação do território com as alterações introduzidas pela Lei nº. 3.855, de 27 de dezembro de 2005 e pela Lei nº. 3.948, de 27 de dezembro de 2006.

Dispõe sobre o parcelamento do solo e alternativas de urbanização para o território do município de Itatiba e estabelece que Gleba é uma porção de terra com localização e configuração definidas, com superfície igual ou superior a 20.000m² (vinte mil metros quadrados) e que não resultou de parcelamento do solo para fins urbanos. Considera-Infra-Estrutura Básica os equipamentos urbanos de: I - escoamento de águas pluviais; II - rede de energia elétrica e iluminação pública; III - rede de esgotos sanitários; IV - rede de distribuição

de água potável; V - vias de circulação, pavimentadas ou não. Vias de circulação são aquelas destinadas ao escoamento rápido do trânsito. Loteamento é a subdivisão de gleba em lotes edificáveis para fins urbanos, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias públicas existentes. Áreas institucionais são as áreas destinadas à instalação de equipamentos urbanos, comunitários e logradouros públicos. Equipamentos comunitários são os bens públicos destinados à educação, cultura, lazer, esportes, saúde e similares. Equipamentos urbanos são equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado. Lei n.º. 3.948/06) fls. 02 § 13 I - Áreas Verdes são áreas com restrição de uso, onde a prioridade é a manutenção e restauração florestal, sendo nelas computadas as áreas de reserva legal (art.16, da Lei n.º 4.771/65); áreas de preservação permanente (Lei n.º 4.771/65); áreas de primeira categoria da região metropolitana (Leis n.ºs 898/75, 1.172/76 e alterações posteriores) e áreas florestais com impedimentos legais, podendo, mediante prévio licenciamento ambiental, contemplar trilhas ecoturísticas; ciclovias; pequenos parques de lazer, excluídos parques temáticos ou similares; acesso e travessia aos corpos d'água; mirantes; equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte; bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos; rampa de lançamento de barcos e pequenos ancoradouros e II - Sistemas de Lazer são áreas previstas ao uso público podendo incorporar as áreas verdes exigidas pelo Poder Público Municipal, praças, áreas permeáveis de lazer, esporte, pequenas construções, tais como: sanitários; coretos; quadras esportivas; churrasqueiras; pequenos depósitos de material de limpeza; pomares e áreas de vegetação exótica, sendo vedadas, contudo, incorporações de faixas non aedificandi sob linha de alta tensão, ao longo de faixas de domínio de rodovias, ferrovias e canteiros entre avenidas e calçadas. Faixa ou área não edificável ("non aedificandi") é a reservada dentro de terrenos de propriedade privada ou pública, que fica sujeita à restrição ao direito de construir, por razões de interesse urbanístico e/ou ambiental, salvo casos em que houver autorização do órgão competente.

- **Lei Municipal N.º. 3.761, de 14 de setembro de 2004.**

Regulamenta o parcelamento do solo para fins urbanos, na forma de loteamento, desmembramento, fracionamento, desdobro e anexação, bem como as subdivisões amigáveis e judiciais. Os parcelamentos do solo para fins urbanos só poderão ser executados na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana e na Zona de Urbanização Específica, assim definidas por lei municipal. Considera-se urbano qualquer fim que não seja o de exploração agrícola, pastoril, extrativa ou agro-industrial. § 2º. Via pública é a via municipal, de uso comum do povo, destinada ao tráfego de veículos. § 3º. Lote edificável para fins urbanos é uma porção de terra com localização e configuração delimitada, com pelo menos uma divisa lindeira à via pública de circulação de veículos, e que preencha os requisitos seguintes: I - resulte de processo regular de parcelamento para fins urbanos; II - possua superfície inferior a 20.000m² (vinte mil metros quadrados); III - possua infra-estrutura básica.

- **Lei Municipal n.º. 3.855 de 27 de dezembro de 2005**

Acresce e altera dispositivos da Lei Municipal nº. 3.761, de 14 de setembro de 2004, que 'Dispõe sobre o parcelamento do solo e alternativas de urbanização para o território do Município de Itatiba, estabelecendo que os parcelamentos do solo para fins urbanos só poderão ser executados na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana e na Macrozona de Urbanização Específica, assim definidas por lei municipal. Gleba é uma porção de terra com localização e configuração definidas, que não resultou de parcelamento do solo para fins urbanos, rede de esgotos sanitários, admitindo-se fossa séptica e sumidouro conforme NBR 07229/82, caso não atendido pela concessionária local, rede de distribuição de água potável, admitindo-se poço freático, poço semiartesianos ou poço artesianos, caso não atendido pela concessionária local. Art. 12. II - determinação dos locais onde serão feitas as sondagens do solo para dimensionamento da pavimentação; III-normas técnicas para plantio, arborização e reflorestamento, priorizando-se o uso de espécies arbóreas nativas frutíferas atrativas à avifauna.

- **Lei Municipal Nº. 3.948, de 27 de dezembro de 2006.**

Acresce e altera dispositivos da Lei Municipal nº. 3.761, de 14 de setembro de 2004 § 2º. Somente poderão ser computadas, para efeito de sistema de lazer, áreas com declividades não superiores a 30% (trinta por cento), sendo aceito projeto de terraplenagem para adequação à norma. § 3º. Poderá a Prefeitura, a seu critério e fundamentadamente, dispensar a declividade máxima de 30% (trinta por cento) prevista no parágrafo anterior, quando comprovadamente essa dispensa se destine a atenuar erosão de terras, proteger, restaurar ou implantar sítios de excepcional beleza, de valor científico ou histórico. § 5º. Até 80 % (oitenta por cento) das áreas institucionais dos loteamentos poderão, a critério da Administração, ter o seu valor correspondente, segundo parâmetro do valor do lote urbanizado, depositado no fundo municipal de urbanização, ou ser incorporadas fora do seu perímetro, em locais onde haja carência de espaços públicos destinados à implantação de equipamentos urbanos e comunitários. § 6º. As áreas verdes/sistemas de lazer deverão ser isoladas dos lotes do loteamento, por via de pedestre com largura mínima de 4,00m (quatro metros), devidamente pavimentada, com escoamento de águas pluviais e iluminada, exceto quando as diretrizes expedidas indicarem ser necessária a implantação de via pública de circulação de veículos. § 9º. As áreas institucionais deverão ter declividade inferior a 25%, quando estiverem em auge e, 15%, quando estiverem em declive, em relação a uma via de circulação de veículos. Art. 44. III - Os lagos, lagoas e reservatórios naturais ou artificiais existentes e áreas brejosas e acharcadas, inclusive no perímetro urbano, deverão respeitar ao seu redor a faixa "non aedificandi" de no mínimo 30,00m (trinta metros), contada da cota altimétrica de máxima cheia; IV - Ao redor das nascentes deverão ser reservadas faixas non aedificandi de no mínimo 50,00m (cinquenta metros).